

## REFERÊNCIAS MODERNAS NA ARQUITETURA PÚBLICA E PRIVADA NA CIDADE DE BELÉM ENTRE 1938 E 1970

A Arquitetura Moderna, realizada na maior parte do século XX, exerceu forte influência nas construções públicas e privadas nas cidades brasileiras, que passaram a incorporar seus elementos e soluções. Este artigo trata do processo das transformações na produção da arquitetura na cidade de Belém no período de 1938 a 1970. Tal fenômeno baseia-se principalmente nos aspectos formais e programáticos da arquitetura e situam-se nas referências arquitetônicas em relação ao cenário arquitetônico nacional e internacional desse período, ressaltando elementos, soluções, composições e pensamentos. Os processos locais de transformações socioeconômicas e políticas, que se desenvolviam desde a década de 1930, estavam subjacentes aos anseios por uma renovação da arquitetura e da cidade. A arquitetura produzida em Belém nesse período resultava, portanto, de projetos de arquitetos que, embora trabalhando de forma mais consciente, ainda faziam um uso instrumental dos princípios e soluções da Arquitetura Moderna brasileira.

### Considerações iniciais

As expressões da arquitetura produzidas na cidade de Belém a partir do final da década de 1930 situam-se em dois momentos distintos e que se desenvolveram no contexto de dois acontecimentos históricos: o primeiro momento se inicia a partir do final da década de 1930 com evidente contribuição das ações políticas da Revolução de 1930 e, posteriormente, do Estado Novo e seu processo modernizador. Tratam-se, nesse momento, de transformações mais restritas, em razão das dificuldades de acesso terrestre aos materiais e produtos da construção. No segundo momento, a região sofre os influxos das políticas de desenvolvimento industrial dos vários governos do período entre 1950 e 1964 e das políticas desenvolvimentistas e de industrialização adotadas a partir desta década de 1950. Dentre as várias políticas voltadas para a região amazônica está a construção de rodovias e, entre estas, da Belém-Brasília em 1960. Estes dois acontecimentos foram importantes para impulsionar ações de caráter político, econômico e cultural que iriam contribuir para as transformações na arquitetura da cidade.

Neste período, coexistem variadas tipologias residenciais como as características do período eclético e suas derivações, as casas de planta colonial e fachada eclética, os chalés que reproduziam modelos importados, os primeiros bangalôs (sobrados de um ou dois pavimentos) construídos com linhas modernizadas, e edifícios de apartamentos de formas racionalizadas externamente, porém apresentando internamente decorativismos *art déco*. À medida que os grupos sociais adquiriam novos hábitos e se identificavam com uma nova cultura urbana, os bangalôs

ecléticos tornavam-se anacrônicos para suas necessidades funcionais e simbólicas. Nesse novo cenário sociocultural e econômico, surgem as propostas de novas formas de moradias, que passam a incluir o edifício de apartamentos e as residências, que incorporam elementos e soluções da Arquitetura Moderna brasileira.

As transformações também incidiriam na construção de outras tipologias, como escolas e edifícios institucionais, a partir dos anos de 1950. O uso dos elementos formais e de soluções consideradas adequadas às condições ambientais locais foi difundido na cidade por arquitetos e engenheiros que tiveram como principal influência em sua formação a arquitetura da “escola carioca”.

## A arquitetura dos edifícios como paradigma

Depois da divulgação e disseminação do “Estilo Internacional”, estende-se, nas grandes cidades, o ideário norte-americano do arranha-céu, que se converteria, a partir dos anos quarenta, em modelo aceito e cultivado nas grandes capitais brasileiras. Edifícios cênicos e luxuosos, nos quais a beleza vinha associada à qualidade e nobreza dos materiais, tornaram-se sinônimos de modernidade. Empresas construtoras e imobiliárias adotaram-nos como o *modus vivendi* para a nova burguesia urbana. Foi neste contexto e sob essa influência, em que se fundiram construção e imagem modernas, em uma progressiva transformação da avenida central da cidade de Belém, que o engenheiro Judah Levy realizou suas obras.

Aliando seu talento nos negócios à sua capacidade de atender aos novos gostos dos futuros habitantes dos edifícios de apartamento, Judah Levy projetou o edifício “Costa Leite”, em 1938, em colaboração com o arquiteto português David Lopes,<sup>1</sup> quando ainda estudava na Escola de Engenharia, de onde sairia em 1941. Esta obra foi a primeira a ultrapassar os três pavimentos na cidade – hoje possui cinco, mas na época foi construído com quatro. O edifício “Costa Leite”, de função



**Imagem 1 - Edifício Costa Leite**  
Fonte: Martins (1944).

comercial, rompeu com as formas familiares do ecletismo e do neocolonial, ainda vigentes na cidade. Constituiu-se, naquele momento, em uma solução original, compondo-se da justaposição de três volumes que formam o conjunto, do aproveitamento das três superfícies da fachada em um terreno solto na esquina – embora de área reduzida – da articulação dos volumes, e ainda de uma fachada semicircular.

Em 1946, Judah Levy projetou seu primeiro edifício de mais de quatro pavimentos, o edifício “Piedade”. Com o esboço do projeto, saiu em busca dos futuros compradores, em sua maioria comerciantes portugueses, e sua principal dificuldade foi convencê-los das vantagens de viver em apartamentos. Este projeto inovava na organização interna, introduzindo elementos incomuns para os hábitos da sociedade local da época, como o lavabo no quarto de casal. Este edifício, inaugurado em 1949, e, posteriormente, o edifício “Renascença” (projeto de 1948 e construção de 1952), de dez pavimentos e com elevador, os primeiros com essas características, foram recebidos com receios, embora a imprensa elogiasse seus atributos modernos (O SEMEADOR..., 2002).



**Imagem 2 - Edifício Piedade**

Fonte: Cartão postal anos 40 – Acervo Flávio Nassar.

O engenheiro Judah Levy foi, portanto, o pioneiro na construção de edifícios de mais de dez pavimentos na cidade. Como outros de sua geração, suas construções refletiram uma formação, em que, para além das preocupações estéticas, estava a correta expressão da técnica disponível (CHAVES, 2005). Durante sua permanência por cerca de três anos (1942-1945) no Rio de Janeiro, conheceu os avanços da técnica de construção de edifícios que desenvolviam os engenheiros locais e, ao retornar a Belém, criou sua empresa de incorporação imobiliária nesta cidade, iniciando sua trajetória de construtor de edifícios (O SEMEADOR... 2002).

A multifuncionalidade, também inovadora para o contexto local, foi o principal atrativo que Levy introduziu em seus edifícios. No edifício “Piedade”, previu a instalação de lojas “amplas e luxuosas” (UM EDIFÍCIO... 1942); do segundo ao quinto andar, conjuntos de salas para escritórios e consultórios, tudo “de acordo com nosso clima” (BELÉM..., 1946, p. 2), segundo entrevista veiculada no jornal *A Folha do Norte*. No entanto, as inovações técnicas e programáticas deste edifício ainda estavam sujeitas à disponibilidade de material que, em grande parte, era fornecido por empresas estrangeiras.

O edifício “Palácio do Rádio”, encomenda do dono de uma emissora de rádio local, projetado e concluído entre 1952 e 1956, conjugava variadas funções e seguia



**Imagem 3 - Propaganda do Edifício Palácio do Rádio**  
Fonte: Incorporação... (1952).

basicamente o mesmo programa do edifício Piedade. Segundo as expectativas da época, era uma “[...] verdadeira jóia da modernidade [...] um projeto adequado com as mais modernas linhas arquitetônicas [...] [possuía] elevadores grandes e luxuosos [...] e incineradores de lixo para a higiene e conforto dos vizinhos” (INCORPORAÇÃO..., 1952, p. 3). Uma construção prismática, de escasso dinamismo formal e que, no ato de sua inauguração, em quinze de dezembro de 1956, atraiu as autoridades mais importantes da capital. Reuniram-se no portal de entrada do edifício, revestido de mármore negro, que transmitia a imagem de rigor e nobreza, indo ao encontro das aspirações de ascensão social dos grupos da elite local (INAUGURAÇÃO..., 1956).

A ausência de normativas mais amplas e reguladoras permitia uma definição sem muitos condicionantes tanto das formas do edifício quanto de sua inserção na cidade, visto que o código de obras da época apresentava dispositivos pouco atualizados e de pouco alcance para uma estruturação coordenada do espaço urbano. A ambiguidade das determinações do “Código de Administração Municipal”<sup>2</sup> revelava contradições, a exemplo da obrigatoriedade de que as construções obedecessem aos limites da rua (arruamento) ao lado de especificações de que as construções fora dos limites da rua teriam que estar, no mínimo, a quatro metros de distância do limite da calçada.

O grande salto às alturas viria, entretanto, com o projeto do edifício “Manoel Pinto da Silva”, que se construiria na área de influência da Avenida 15 de Agosto, para onde confluem quatro vias que foram os eixos da construção e expansão dos edifícios na época. No dia 25 de dezembro de 1951, um dia de domingo emblemático para a católica cidade de Belém, foi inaugurada a primeira etapa do edifício. Uma “[...] obra



**Imagem 4 - Edifício Manoel Pinto da Silva**  
Fonte: Jornal Folha do Norte, 1957.

de arrojadas proporções [...] um novo e imponente edifício [...], obedecendo aos requisitos da Arquitetura Moderna [...]” (EDIFÍCIO..., 1951, p.4), era a demonstração que a sociedade estava preparada “[...] para mostrar àqueles que nos visitam, o quanto o progresso existe em nossa terra.” (MANOEL..., 1952, p. 7). Sua orientação moderna e funcional ficava clara na ênfase dada pelo autor às qualidades técnicas do edifício: “Está construído todo em estrutura de concreto armado, não só por tratar-se de construção de grande porte, mas também pela grande vantagem que isto representa para nós, como a alta resistência ao fogo.” (MANOEL..., 1952, p. 7).

A epopeia de construção das duas etapas finais do edifício perduraria por nove anos. Segundo a imprensa, o edifício era “[...] a cordilheira da edificação da arte humana” (MANOEL..., 1952, p. 7). Estava, diziam ainda, entre as duas dúzias de edifícios mais altos do mundo, 111 metros de altura, indo ao encontro dos desejos de progresso que se esperava para a cidade de Belém. Em 17 de abril de 1960, um domingo de páscoa, se inauguraria a segunda e terceira etapas; os vinte e seis pavimentos se elevavam no horizonte de Belém.

O engenheiro e arquiteto Feliciano Seixas, autor do projeto, cultivava sua admiração pelas propostas de funcionalidade da Arquitetura Moderna. Em 1954, Seixas foi o representante do Governo do Pará e do Clube de Engenharia e Arquitetura no IV Congresso Brasileiro de Arquitetos. O arquiteto tinha opinião clara a respeito do processo da criação arquitetônica. Conforme declarou: “[...] a forma, nada mais é que o fruto da necessidade de uma época, do espírito dominante da mesma, traduzida com as possibilidades dos materiais e do progresso técnico.” (A ARQUITETURA..., 1954, p. 5).

Em sua concepção, a forma arquitetônica era a consequência do uso acertado e atualizado das técnicas e dos materiais, limitando o objeto arquitetônico, portanto, à simples evolução lógica do progresso material. O conceito inerente a essa construção, relacionava a prática arquitetônica, principalmente, a seus aspectos funcionais. Como afirmou o engenheiro e arquiteto, “[...] a forma terá que ser modificada em função da primitiva utilidade da construção e será sempre dependente desta [...] a forma em arquitetura, em qualquer época, sempre esteve em razão da função” (A ARQUITETURA..., 1954, p. 5).

Diferentemente do engenheiro Judah Levy, Feliciano Seixas declarava sua gratidão à arquitetura e à “filosofia” de Le Corbusier e Oscar Niemeyer, este último seu contemporâneo na Escola Nacional de Belas Artes no Rio de Janeiro. Destes, assimilou as lições relacionadas às questões da economia e da funcionalidade. No entanto, a forma surgia como um elemento significativo da aparência exterior de seu edifício. Seixas concebeu as fachadas deste edifício dinamizadas plasticamente

por suas sacadas sinuosas, potencializando a forma construída em uma área desprovida de grandes construções. O edifício podia ser contemplado sem problema de um generoso ângulo de visão, ao mesmo tempo em que de suas sacadas, podia-se contemplar as vistas da cidade.

Em 1960, ano da inauguração da última fase do edifício Manoel Pinto da Silva, o panorama não era dos mais alentadores na região. Novos eixos econômicos surgiram na Amazônia paraense, trazendo produtos da região sul e sudeste do país, o que provocou uma queda no movimento econômico e comercial na cidade, que já possuía uma base econômica dotada de pouca autonomia e exposta diretamente às crises estruturais da economia nacional. Estes fatos, aliados aos investimentos que nesse momento se direcionavam a outros pontos da região, provocaram a estagnação da economia local. Não obstante, novas iniciativas se observaram na atividade construtiva em Belém, pois, a partir de 1960, o desenvolvimento da construção em altura começava a acelerar seu ritmo. Em âmbito regional, o processo de urbanização na Amazônia brasileira sofria os efeitos das políticas públicas de integração nacional que o governo de Juscelino Kubitschek havia iniciado e os sucessivos governos militares tentaram dar continuidade, por meio do Plano de Integração Nacional (PIN), que, efetivamente, pouco realizou para a integração da região amazônica ao resto do país.

Na direção oposta à construção verticalizada, o pequeno edifício “São Miguel”, inaugurado em 1957, constitui um exemplo da introdução dos esquemas da arquitetura da “escola carioca” na cidade. Projeto do engenheiro paraense Agenor



**Imagem 5 - Edifício São Miguel: térreo com pilotis**  
Fonte: Foto de Celma Chaves, em 2007.

Pena do Carvalho, foi, em seus dias, um marco na renovação arquitetônica em Belém. Sua implantação irregular no terreno, sua forma e sua pouca altura, conferiam-lhe um atrativo especial, porque não rompia totalmente com os padrões da moradia unifamiliar tradicional na cidade. Acrescente-se a isso sua área livre comum, propiciada pelos pilotis e constituindo uma nova relação de continuidade do edifício com o espaço público.

Os apartamentos de generosas dimensões refletiam na fachada um jogo de cheios e vazios que os diferenciavam da tipologia existente na cidade nesse momento. A

forma irregular da pequena lâmina de água em sua área livre, decorada com fragmentos de azulejos que também apareciam nas paredes, e os pilotis formados por seção circular evidenciam uma arquitetura que transitava entre as referências nacionais e os recursos da arquitetura local.

## **Edifícios públicos e privados entre as décadas de 1950 e 1970**

Durante o governo de Getulio Vargas, criaram-se os Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs). Entre 1933 e 1938, surgiram diversas modalidades destes institutos, de acordo com a categoria profissional. A administração varguista delegou a essa instituição a utilização dos recursos de pensões, para o financiamento de moradias sociais. Com vistas a esse objetivo, foi adotado, como diretriz construtiva dos conjuntos habitacionais, o ideário da Arquitetura Moderna, que além das preocupações

[...] com a racionalidade, produtividade, produção em massa e padronização, a qualidade e a durabilidade da construção era importante não só como satisfação dos moradores, mas também como uma forma de garantir os investimentos dos recursos de pensões, para a formação de um patrimônio. (BONDUKI, 1998, p. 72).

Os princípios modernos se expressavam seguindo um processo de racionalização que diminuía o custo da habitação.

A constituição de uma política dirigida à construção de moradias sociais, segundo as diretrizes estabelecidas pelo governo, buscava concretizar um espaço capaz de propiciar as condições para que surgisse um novo modo de vida operário. Um estilo moderno, coletivo e adequado ao modelo de desenvolvimento nacional que o Estado estimulava, articulando a noção de moderno na arquitetura da habitação com a de modernização e industrialização da sociedade (BONDUKI, 1998).

A utilização do ideário da Arquitetura Moderna expressava-se em conceitos relativos à *unité d'habitation* de Le Corbusier, nos conjuntos de traçados racionalistas ou em concepções que se referiam à “cidade jardim”, como nos conjuntos de blocos autônomos com limitação de altura. Utilizavam-se também para gerar área livre e espaços de recreação, constituindo-se em preceitos formais que se propagariam por todo o Brasil, principalmente durante os anos quarenta (CHAVES, 2005).

A participação de arquitetos e urbanistas modernos exerceu considerável influência nos centros de decisão encarregados de implementar projetos estratégicos. Como esta concepção tinha como referência o debate internacional sobre a questão da moradia nesse momento, o Estado foi o impulsor de uma Arquitetura Moderna nos

edifícios institucionais públicos, como testemunha a construção de Ministério de Educação e Saúde (CAVALCANTE, 2006).

Durante a primeira metade dos anos quarenta, a crise da habitação, que geraria uma forte insatisfação popular, exigiu que o governo do Estado Novo tomasse medidas para a reestruturação dos Institutos de Pensões, acusados de investir os recursos no financiamento de casas de alto padrão. Nesse momento, Vargas decidiu unificar todos os institutos de pensões e criar o Instituto de Serviços Sociais do Brasil (ISSB), que seria centralizado em uma superagência de política da moradia urbana, sendo o germe do futuro Banco Nacional da Habitação (BNH) nos anos sessenta. O presidente Eurico Gaspar Dutra, eleito em 1945, criou a Fundação da Casa Popular em 1946, que, junto com os IAPIs, produziu, entre 1946 e 1950, um número de unidades residenciais superior a qualquer governo até 1964 (BONDUKI, 1998).

Neste contexto foi implantado o primeiro conjunto de moradias sociais na cidade de Belém. Em 1947 o Instituto anunciava sua intenção em construir duzentas casas no bairro de São Braz, situado no início da avenida Tito Franco, importante eixo de expansão da cidade, em terreno doado pela municipalidade. A construção de moradias sociais nesses anos seguia o programa de realizações da política trabalhista do governo Dutra. Junto com a política de construção de moradias, o IAPC iniciou a construção de sua sede em Belém, entre finais de 1948 e inícios de 1949. O projeto, do arquiteto e funcionário do instituto Edmar Pena do Carvalho, fazia parte da política modernizadora do governo, de renovar a arquitetura pública para modernizar a imagem do Estado (CHAVES, 2005).

A identificação deste arquiteto com a Arquitetura Moderna brasileira era já evidente em seus trabalhos nas aulas da Escola Nacional de Belas Artes (ENBA), no período marcado pela renovação do ensino da Arquitetura, desde que Lucio Costa tinha passado por sua direção em 1930. Um projeto de Pena Carvalho, na disciplina “Grandes Composições da Arquitetura”, em seu último curso, já revelava sua inclinação para as formas e princípios da Arquitetura Moderna. Ainda, é evidente que o ensino da ENBA ainda era regido pelos princípios academicistas do eclétismo, que perdurariam ali até a entrada da década de cinquenta. Fora da escola, Lucio Costa e Oscar Niemeyer já tinham iniciado sua trajetória moderna, enquanto o arquiteto Arquimedes Memória ainda orientava os alunos no léxico eclético e neocolonial (BRUAND, 2002; CHAVES, 2005).

Durante seus anos no Rio de Janeiro, como arquiteto funcionário do Instituto de Aposentadorias e Pensões, Penna do Carvalho projetou diversos conjuntos de moradias. Conhecedor e admirador da arquitetura da “escola carioca”, por sua

experiência na cidade com alguns de seus protagonistas entre 1933 e 1966, expressava, nesses projetos, sua fidelidade à composição moderna brasileira. Elemento arquetípico presente em sucessivas obras entre 1930 e 1950, a estrutura em concreto concebida como um *brise-soleil* na esbelta fachada da torre-bloco da sede do Instituto é uma expressão evidente de sua referência a essa arquitetura (CHAVES, 2005).

No conjunto do IAPI de Belém, de autoria do referido arquiteto, os blocos apresentam uma volumetria regular e uniforme, marcados, entretanto, por elementos que procuram adequar-se à condição local (combogós, cobertura em telhas de cerâmica), com a finalidade de amenizar as inclemências do clima. A implantação das unidades, separadas alternadamente, dá-lhes movimento e contribui para a geração de espaços de ventilação entre os blocos.

Em contraposição aos blocos, observam-se, na escola que faz parte do conjunto, um projeto elaborado em 1950, outros elementos que evocam as singularidades das obras de Niemeyer: as marquises de formas livres, os pilotis como suporte estruturante dessas formas e como propiciador de espaços livres, o jogo de coberturas que em momentos adota a solução no V. A rampa que dá acesso a um dos blocos de salas de aula foi, em seu momento, uma inovação.



**Imagem 6 - Escola Benvida de França Messias - Edmar Penna de Carvalho**  
Fonte: Foto de Alithéa Fernandes, em 2002.



**Imagem 6A - Escola Benvenida de França Messias - Edmar Penna de Carvalho**  
Fonte: Foto de Celma Chaves, em 2007.

A articulação entre volumes, formas e espaços livres dota essa construção, de pequenas dimensões e programa simplificado, por estar destinada originalmente aos vizinhos do conjunto, de uma grande riqueza expressiva. À fidelidade que o arquiteto Penna do Carvalho tinha aos princípios da Arquitetura Moderna carioca somam-se sua inventividade e particularidades formais, bem como sua busca funcional.

Estendendo-se à área de expansão da cidade, foram projetadas e construídas outras edificações deste período que expressam os mesmos elementos formais da arquitetura que se produziu entre os anos trinta e cinquenta. O engenheiro e depois arquiteto Camilo Porto do Oliveira é seu máximo representante. Graduou-se Engenheiro em 1946, pela Escola de Engenharia de Pará, e como arquiteto, em 1966,<sup>3</sup> no curso de Arquitetura, do qual foi um dos fundadores. Introduziu as inovações da arquitetura moderna brasileira em Belém, especialmente as soluções da arquitetura de Oscar Niemeyer. Entretanto, como outros engenheiros de sua época, começou sua trajetória profissional projetando e construindo casas ao gosto do ecletismo local com claras referências ao colonial, muito difundido pelos catálogos de construção.

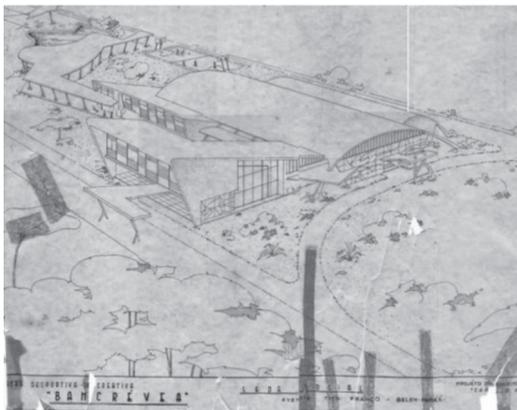
A sede para o Departamento de Estradas e Rodagens (DER), projeto de 1957, foi uma das poucas ocasiões que teve o engenheiro de projetar e ver construído um edifício público. Em seu concorrido ato de inauguração, em 3 de janeiro de 1959, o então governador, general Magalhães Barata, foi o grande homenageado da noite, e a obra se destacou como uma resposta às críticas que constantemente eram dirigidas a sua administração. Da mesma maneira que nas residências, na concepção do edifício, o engenheiro permaneceu fiel às propostas formais e estéticas do projeto moderno brasileiro (CHAVES, 2005).

O partido arquitetônico é marcado pelas ondulações rítmicas de projetos como o do edifício Copan (1950) de Oscar Niemeyer. O elemento de circulação vertical, destacado do corpo do edifício, era um recurso amplamente utilizado por esse arquiteto, assim como as linhas do auditório, projetado, mas não construído. O caráter ousado e a equilibrada concepção do edifício ultrapassavam, entretanto, o mimetismo das formas, para contribuir, no cenário local, para uma integração com o espaço exterior, no tratamento da paisagem natural que o cercava, e introduzindo novos elementos que incorporassem as formas geométricas, frequentes em seus projetos.



**Imagem 7 - Sede do DER - Camilo Porto de Oliveira**  
Fonte: Foto de Alithéa Fernandes, em 2002.

Os projetos da sede dos clubes “Assembleia Paraense”, em 1955, e “Bancrêvea”, em 1956, na área de expansão da cidade, formavam uma articulação de apoios e formas, mesclados em curvas e retas. Os acessos, o tratamento paisagístico e o sistema de estacionamento constituíam um avanço sem precedentes na cidade e promoviam e expressavam a imagem que o grupo social usuário de suas instalações ansiavam: “[...] uma necessidade há muito reclamada.” (AS NOVAS..., 1956, p. 2).



**Imagem 8 - Projeto Assembleia Paraense - Camilo Porto de Oliveira**  
Fonte: Jornal O Liberal (1956).

Nestes projetos, de conteúdo programático mais complexo, como na “Escola Paroquial”, de 1956, Porto do Oliveira reuniu a variedade de formas para obter uma estrutura geral diversificada. O concreto foi utilizado em superfícies mais delgadas, nas cobertas

parabólicas que se fundiam com as superfícies das paredes e as estruturas de apoio, estabelecendo uma continuidade visual-espacial. Esse mecanismo se associava a superfícies em tijolo nas quais, frequentemente, o engenheiro reservava uma área para a incorporação dos murais, experimentando tanto materiais modernos como os mais tradicionais.

No projeto de reforma do “Clube do Remo”, de 1954, o modelo foi o mesmo. Na parte frontal, o corpo que combina a coberta abobadada e se une com a marquise define uma fusão que ficou usual entre outros arquitetos modernos, desde que Oscar Niemeyer a utilizou no projeto para a casa do escritor Oswald Andrade. Nesse jogo de volumes, formas e níveis de alturas a fachada principal torna-se um invólucro que representa quase todo o repertório e gestos que caracterizam a práxis niemeyreana.



**Imagem 9 - Clube do Remo - Camilo Porto de Oliveira**  
Fonte: Foto de Celma Chaves em 2002.

Na década de 1950, uma iniciativa importante do poder público local, na construção de uma obra de caráter moderno na cidade, foi o monumento em comemoração ao transcurso dos cem anos de nascimento de Lauro Sodré, político que tinha sido governador da província do Pará por duas vezes (foi o primeiro governador constitucional) e um dos impulsionadores da República e do sistema federalista. Sodré obteve reconhecimento em âmbito nacional, quando esteve como parlamentar na então capital do país, Rio de Janeiro. A comissão nomeada pelo governador Magalhães Barata em 1957 decidiu pela construção de um memorial em uma praça adjacente ao conjunto do IAPI, comentado anteriormente (CHAVES, 2005).

O projeto foi encarregado ao arquiteto Francisco Bolonha, nascido em Belém, que se graduou na Escola Nacional de Belas Artes em 1945. Bolonha era considerado um dos discípulos mais afins ao trabalho de Lucio Costa e Oscar Niemeyer, mas tinha desenvolvido uma Arquitetura Moderna própria. No Rio de Janeiro, tinha projetado várias residências na década de cinquenta, expressando a aproximação das experiências com o vernáculo, ao mesmo tempo em que sua organização interna se aproximava das soluções modernas (CHAVES, 2005).

O arquiteto era, e ainda é, um ilustre desconhecido em Belém, pois sua carreira se desenvolveu em estados como Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo. A construção deste monumento representou para a cidade, em seu momento, a oportunidade para “[...] voltar para os velhos tempos de princípios do século” (O MONUMENTO..., 1957, p. 6), com uma fisionomia moderna. A figura de Sodré, representado por um pensador sentado em um banco, foi obra do escultor Bruno di Giorgio, que já tinha prestígio por suas colaborações com arquitetos como Oscar Niemeyer e com o próprio Francisco Bolonha.

Desde que a ideia de renovação arquitetônica se difundiu pela dialética das vanguardas artísticas e arquitetônicas nos anos 1920, e a difusão e posterior contribuição de arquitetos de vários países durante os anos trinta até o pós-Segunda Guerra, a arquitetura do Movimento Moderno se converteria, principalmente a partir dos anos cinquenta, em um novo estilo. Se, imediatamente depois da Segunda Guerra, a metodologia moderna conseguiu unificar algumas propostas arquitetônicas e urbanísticas, durante a década dos cinquenta, manifestaram-se variadas propostas que evidenciavam a diversidade que se estendia no interior de suas manifestações. Ao mesmo tempo, revisavam-se seus postulados formais e teóricos, na direção de uma “continuidade ou crise” que culminaria com as propostas dos contextualismos, de correntes vernáculas e “regionalistas” dos anos sessenta (MONTANER, 1997).

A crítica e revisão da Arquitetura Moderna nos anos cinquenta no Brasil ainda passavam despercebidas. Nesta década, a arquitetura brasileira já estava consolidada no panorama internacional. Em 1957, os projetos participantes no concurso para a construção de Brasília apresentavam estruturas conceituais similares e o projeto vencedor foi a culminação da aceitação no país dos postulados da arquitetura e do urbanismo modernos (CHAVES, 2005).

Depois da inauguração da capital, afirmava-se que “[...] as novas realizações a partir dos anos sessenta não tinham valor, por ter se afastado da unidade da arquitetura moderna brasileira” (ZEIN, 2001, p. 19). Uma arquitetura de tendências variadas manifestava-se durante os anos sessenta em propostas que iam das variações da “escola carioca”, principalmente dos discípulos do Oscar Niemeyer, a

influências internacionais (Le Corbusier depois dos anos trinta, Mies, Aalto), ao brutalismo paulista de Vilanova Artigas, da disseminação de uma arquitetura do *International Style* e outras variações que se desdobravam em incipientes expressões de uma arquitetura preocupada em adequar-se às realidades regionais, com base em materiais e formas locais (CHAVES, 2005).

Durante os anos anteriores ao “milagre econômico” (os anos setenta), enfrentavam-se os desafios da cidade desenvolvendo planos e estudos sociológicos que se mostraram pouco efetivos qualitativamente. A atenção para a região amazônica fazia-se pelos diversos planos de ocupação e integração, e a construção da estrada Belém-Brasília foi uma de suas iniciativas mais celebradas. Sua inauguração, em 1960, provocou profundas transformações socioespaciais e econômicas, não só na cidade, mas em toda a região amazônica (CHAVES, 2005).

Em um panorama econômico pouco alentador, assumiu o governo, em 1964, uma junta militar, depois do golpe que derrubaria o presidente João Goulart, em 31 de março do mesmo ano. A criação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), em 1966, consolidou, nos meios tecno-burocráticos de então, o pensamento de que, para os males da economia, o remédio era a racionalidade, formada e difundida pelo Estado central e que também decidiu que o atraso econômico da Amazônia só podia ser superado pela ocupação planejada de seu espaço (CORRÊA, 1998).

As ações econômicas que levaram à implantação de grandes projetos econômicos na região a partir desses anos e as multinacionais que ali se instalaram receberam todos os incentivos fiscais e de crédito para inserir a região na economia capitalista. No que se refere às cidades, a racionalização programada se processou em um nível mais teórico do que em realizações (CHAVES, 2005).

As atuações do banco estatal de incentivo à construção de moradias, Banco Nacional da Habitação (BNH), e do Serviço Federal de Habitação (SFH), criados em 1964, consistiam em financiar grandes conjuntos de moradias nas periferias das grandes cidades, naquelas em que o preço da terra era mais barato, destituídos da qualidade requerida e caracterizados pela falta de qualquer equipamento ou infraestrutura urbana (BONDUKI, 1998).

As políticas do governo central, que poderiam resultar em mudanças no espaço das cidades, estavam dirigidas por um sistema de planejamento local integrado que nunca foi levado a cabo. As ações do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU), criado também 1964, restringiram-se a intervenções setoriais ou localizadas, que não tiveram nenhum impacto na reestruturação do espaço intraurbano (BONDUKI, 1998).

Nesta década, as intervenções na cidade de Belém limitavam-se às estruturas viárias, desvinculadas dos reais problemas que se vivia na cidade, como a carência de moradias, um problema que tampouco foi tratado de forma efetiva. Somente em 1968 foi inaugurado o primeiro conjunto pela Companhia de Habitação do Pará (COHAB). (CHAVES, 2005).

Nesse cenário, as realizações na construção desenvolveram-se com o apoio da iniciativa privada; quando o setor público construía, tratavam-se de obras de evidente caráter ideológico. Durante essa década, o governo militar, representado no Pará pelo coronel Alacid Nunes, projetou e construiu os edifícios mais representativos dos poderes executivo e legislativo e alguns edifícios escolares (CHAVES, 2005).

Um edifício significativo por suas características visivelmente inspiradas nas construções modernas brasileiras dos anos trinta e quarenta é o edifício da Escola Getulio Vargas, sede também do Serviço Nacional da Indústria (SENAI). Os espaços abertos, mas delimitados pela larga série de colunatas ou pilares, e a fachada que se emoldura por um *brise* fixo em concreto contínuo, são recursos recorrentes em obras de Afonso Reidy e Niemeyer, e parece ter sido uma orientação arquitetônica comum em edifícios da mesma instituição em outras cidades do Brasil (CHAVES, 2005).

Algumas destas edificações constituem marcos arquitetônicos por suas concepções inovadoras frente à arquitetura que se fazia na cidade, como é o caso da sede do Tribunal de Contas, construído em 1968, projeto dos arquitetos recém-saídos da universidade Paulo Cal e Paulo Chaves Fernandes. Uma obra única, por seu formalismo na linha “brutalista” da arquitetura de Vilanova Artigas e visando sua adequação ao ambiente local, dispõe de uma espécie de *brise* contínuo vertical que se transforma em marquise e projeta sombra, protegendo a fachada do sol. Lâminas de águas, jardins e rampa de acesso dão ao edifício o caráter niemeyeriano dos palácios governamentais de Brasília (CHAVES, 2005).



**Imagem 10 - Tribunal de Contas do Estado do Pará - arquitetos Paulo Cal e Paulo Chaves**

Fonte: Foto de Celma Chaves, em 2002.

Outras arquiteturas públicas procuravam potencializar a participação de estruturas modernas nos espaços da cidade tradicional, como é o caso da Escola Deodoro do Mendonça, construída em 1970, projeto de Jorge Derenji e Milton Monte,

respectivamente um dos primeiros professores da escola de arquitetura e engenheiro civil e depois arquiteto pela mesma escola em 1969. É uma construção característica desse mesmo espírito formal moderno, com elementos de proteção solar e integração com a arte, evidente no mural em pedra do artista plástico local Benedito Mello. Este edifício representa, como o anteriormente referido, essa fase de difusão do uso da Arquitetura Moderna, que traduzia o conhecimento transmitido pelos ensinamentos recebidos no recém-fundado curso de Arquitetura, em 1964.



**Imagem 11 - Escola Deodoro de Mendonça**  
Fonte: Foto de Celma Chaves, em 2002.

Destas duas edificações depreende-se um sentido comum: o fato de que foram projetos de arquitetos que tinham sido formados dentro dos princípios da Arquitetura Moderna, e, portanto, faziam uso mais consciente de seus princípios e soluções. Evidentemente, constata-se a importância da implantação do curso de arquitetura na cidade, em 1964, que, de alguma forma, definia um novo campo de possibilidades para a construção a partir dos anos setenta.

**Celma Chaves Pont Vidal**, Arquiteta, Professora Adjunta da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Pará. Mestre em Teoria e História da Arquitetura, pela Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo. Doutora em Teoria e História da Arquitetura, pela Escuela Técnica Superior de Arquitectura de Barcelona.

## Notas

<sup>1</sup> A informação de que é de autoria de Judah Levy está nas várias entrevistas concedidas por ele à imprensa nos últimos anos. Não se sabe exatamente qual teria sido a participação de David Lopes na concepção do projeto, mas certos elementos compositivos historicistas que caracterizavam outros projetos elaborados por ele nos anos quarenta, como o edifício do conservatório Carlos Gomes, estão ausentes nessa obra. No Salão de Belas Artes, ocorrido em Belém em 1941, o prêmio de arquitetura foi dado ao projeto para o "Edifício Costa Leite", cuja autoria era atribuída a Adamor Couto, um conhecido projetista na cidade. Considera-se até o momento que o projeto desse edifício é de 1938 e que seu autor é o engenheiro Judah Levy, segundo suas próprias afirmações em entrevista ao jornal *O Liberal*, de 3 dez. 2000, embora não tenha sido possível o acesso ao projeto original.

<sup>2</sup> O código a que se refere é o "Código de Administração Municipal" de 1934, reformulado a partir da unificação das várias leis existentes desde o período do prefeito Antonio Lemos (1897-1912).

<sup>3</sup> A implantação do curso de Arquitetura em Belém, em 1964, foi viabilizada, entre outras coisas, pelo interesse do grupo de engenheiros que já exerciam suas atividades em Belém, mas não podiam projetar obras de "grande porte", pois, para isto, exigia-se, na época, o diploma de arquiteto. Esses engenheiros passaram então por uma "adaptação" de dois anos para fazer jus ao referido diploma.

## Referências

- A ARQUITETURA esteve sempre em razão da função. **A Folha do Norte**, Belém, p. 5, 16 jan. 1954.
- AS NOVAS sedes da Assembléia Paraense. **O Liberal**, Belém, p. 2, 1º. jan. 1956.
- BELÉM terá mais um arranha céu. **A Folha do Norte**, Belém, p. 2, 23 maio 1946.
- BONDUKI, Nabil Georges. **Origens da habitação social no Brasil**. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.
- BRUAND, Yves. **Arquitetura contemporânea no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 2002.
- CAVALCANTE, Lauro. **Moderno e brasileiro**. A história de uma nova linguagem na arquitetura (1930-1960). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- CHAVES, Celma. **La Arquitectura en Belém, 1930-1970**: una modernización dispersa com lenguajes cambiantes. Barcelona: Escuela Técnica Superior de Arquitectura de Barcelona/UPC, 2005.
- EDIFÍCIO Manoel Pinto da Silva: será inaugurado amanhã a moderna construção. **O Liberal**, Belém, p. 4, 24 dez. 1951.
- INCORPORAÇÃO do Palácio do Rádio. **A Província do Pará**, Belém, p. 3, 7 fev. 1952.
- CORRÊA, Antonio J. da S. **O espaço das ilusões** – planejamento urbano e planos compreensivos na Região Metropolitana de Belém. 1998. 134 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 1998.
- MANOEL Pinto da Silva, uma jóia arquitetônica a embelezar a cidade. **O Liberal**, Belém, p. 7, 10 jun. 1952.
- MIDLIN, Henrique. **Arquitetura Moderna no Brasil**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 1999.
- MONTANER, Josep Maria. **Después del Movimiento Moderno**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1997.
- O MONUMENTO a Lauro Sodré. **O Liberal**, Belém, p. 6, 18 fev. 1957.
- O SEMEADOR de arranha-céus (entrevista do engenheiro Judah Levy). **O Liberal**, Belém, p. 4-5, 13 jan. 2002.
- UM EDIFÍCIO que honra nossa capital. **Folha do Norte**, Belém, p. 7, 7 jan. 1942.
- ZEIN, Ruth Verde. **O lugar da crítica**. Ensaios oportunos de arquitetura. Porto Alegre: ProLivros; Ritter dos Reis, 2001.